

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO

CURSO DE **PROCESSO** **CIVIL**

5.^a edição

Volume 2

**TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE
PROCEDIMENTO COMUM**

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
NOTA À 5. ^a EDIÇÃO	9

Parte I

NOÇÕES GERAIS

1. TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS	41
1.1. Técnica processual e tutela dos direitos.....	41
1.2. Tutelas contra o ilícito e tutelas contra o dano. Tutela satisfativa e tutela cautelar	44
1.3. Cognição e execução no sistema da tutela jurisdicional dos direitos	46
1.4. Processo e tutela dos direitos: tutela dos direitos mediante procedimento comum e procedimentos diferenciados.....	48
1.5. Segue: tutela definitiva fundada em cognição exauriente e tutela provisória fundada em cognição sumária	49
CASO.....	51
2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	53
2.1. Introdução	53
2.2. Jurisdição.....	53
2.2.1. Limites da jurisdição nacional e das jurisdições estrangeiras	56
2.2.2. Cooperação internacional	57
2.3. Competência	58
2.3.1. Normas gerais.....	59
2.3.2. Determinação da competência.....	62
2.3.3. Regimes de competência.....	65
2.3.4. Modificações da competência	68
2.3.5. Declaração de incompetência.....	70

2.3.6.	Cooperação nacional.....	71
2.3.7.	Atos concertados entre juízes cooperantes.....	71
CASO.....		73
3.	PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO	75
3.1.	O processo civil como uma comunidade de trabalho.....	75
3.2.	Juiz	81
3.2.1.	Imparcialidade.....	83
3.2.2.	Poderes e deveres do juiz na condução do processo e no julgamento da causa	84
3.3.	Partes.....	85
3.3.1.	Conceito de parte.....	86
3.3.2.	Capacidade processual	88
3.3.3.	Poderes e deveres das partes no processo	89
3.3.4.	Litisconsórcio	91
3.3.4.1.	Litisconsórcio necessário	95
3.3.4.2.	Litisconsórcio unitário.....	97
3.3.4.3.	Regime jurídico do litisconsórcio	98
3.4.	Terceiros.....	99
3.4.1.	Intervenção voluntária	101
3.4.1.1.	Assistência.....	101
3.4.1.1.1.	Assistência simples	101
3.4.1.1.2.	Assistência litisconsorcial	104
3.4.1.2.	<i>Amicus curiae</i>	106
3.4.1.3.	Intervenção anômala.....	109
3.4.2.	Intervenção forçada	111
3.4.2.1.	Denúnciação da lide.....	111
3.4.2.2.	Chamamento ao processo	114
3.4.2.3.	Terceiro alcançado pela desconsideração da personalidade jurídica	115
CASO.....		117
4.	ATOS PROCESSUAIS.....	119
4.1.	Ato processual	119
4.2.	Atos das partes e pronunciamentos do juiz	122

4.3.	Forma, tempo e lugar dos atos processuais	124
4.4.	Invalidades processuais	125
4.5.	Prazos	127
4.6.	Comunicação dos atos processuais	131
CASO.....		138
5.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	139
5.1.	Formação do processo.....	139
5.2.	Suspensão do processo	139
5.3.	Extinção do processo	143
CASO.....		146

Parte II

A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CONHECIMENTO DA CAUSA

1.	PROCEDIMENTO COMUM	149
1.1.	Procedimento comum e procedimentos diferenciados. O procedimento comum como procedimento padrão para a tutela dos direitos.....	149
1.2.	Estrutura do procedimento comum	151
1.3.	Alterações de procedimento por iniciativa judicial e pela vontade das partes. Negócios processuais em tema de procedimento	153
1.4.	Fases e estágios do procedimento comum.....	154
1.4.1.	Perspectiva horizontal.....	154
1.4.2.	Perspectiva vertical.....	157
CASO.....		158
2.	PETIÇÃO INICIAL.....	159
2.1.	A propositura da ação, a distribuição da petição inicial e a instauração do processo	159
2.2.	Requisitos da petição inicial.....	160
2.2.1.	Partes.....	161
2.2.2.	Causa de pedir	161
2.2.3.	Pedido	166
2.2.3.1.	Pedido certo.....	169
2.2.3.2.	Pedido determinado.....	169

2.2.3.3.	Pedido alternativo.....	170
2.2.3.4.	Cumulação de pedidos.....	171
2.2.3.4.1.	Cumulação simples.....	171
2.2.3.4.2.	Cumulação sucessiva	173
2.2.3.4.3.	Cumulação alternativa	173
2.2.3.5.	Modificações da causa de pedir e do pedido	174
2.2.4.	Valor da causa	175
2.2.5.	Requerimento de provas	176
2.2.6.	Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	176
2.3.	Emenda à petição inicial	176
2.4.	Indeferimento da petição inicial.....	177
2.5.	Improcedência liminar do pedido.....	178
2.6.	Deferimento da petição inicial	180
CASO.....		181
3.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.....	183
3.1.	A designação da audiência preliminar	183
3.2.	Modelo multiportas	186
CASO.....		188
4.	ATTITUDES DO RÉU.....	189
4.1.	Atitudes do réu	189
4.2.	Contestação	190
4.3.	Reconvenção.....	196
4.4.	Revelia.....	199
CASO.....		206
5.	ANTECIPAÇÃO DA TUTELA.....	207
5.1.	Técnica antecipatória e tutela dos direitos. A perversa ideologia por detrás do legislador em matéria de antecipação da tutela	207
5.2.	Tutela satisfativa e tutela cautelar. Tutela específica e tutela pelo equivalente mediante técnica antecipatória.....	209
5.3.	A técnica antecipatória como forma de distribuição isonômica do ônus do tempo no processo civil. A “urgência” e a “evidência” como seus fundamentos	210

5.4.	A técnica antecipatória como forma de promoção da lógica do provável. A probabilidade do direito como seu pressuposto	214
5.5.	Requerimento da parte	217
5.6.	Interinalidade	218
5.7.	Momento	218
5.8.	Competência	220
5.9.	Fundamentação	220
5.10.	Eficácia	221
5.11.	Efetivação	223
5.12.	Fungibilidade	224
5.13.	A necessidade de tutela ao direito antecedente ao processo	224
5.13.1.	Tutela antecipada antecedente. Autonomização e estabilização	225
5.13.2.	Tutela cautelar antecedente. Referibilidade	230
5.14.	Responsabilidade	231
CASO		232
6.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	233
6.1.	Tutela adequada e sumarização formal do procedimento	233
6.2.	Extinção do processo	234
6.3.	Julgamento antecipado do mérito	234
6.3.1.	Julgamento integral	235
6.3.2.	Julgamento parcial	237
CASO		239
7.	ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	241
7.1.	Do despacho saneador à organização em cooperação com as partes	241
7.2.	Organização do processo	242
7.2.1.	Organização retrospectiva	243
7.2.2.	Organização prospectiva	243
CASO		246
8.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	247
8.1.	Objeto da audiência e sua necessidade	247
8.2.	Unidade da audiência e possibilidade de seu desdobramento	248
CASO		250

9. PROVA	251
9.1. A função da prova	252
9.1.1. A verdade e as teorias sobre sua busca	252
9.1.2. A definição de prova	258
9.2. Objeto da prova	261
9.3. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio.....	262
9.3.1. O direito e o dever à prova.....	262
9.3.2. As regras de privilégio como exceção ao dever de prova	265
9.4. Ônus da prova.....	269
9.4.1. O fim da distribuição do ônus da prova	269
9.4.2. Contraprova e prova dos fatos alegados pelo réu	272
9.4.3. A regra do ônus da prova como saída para o juiz em estado de dúvida	273
9.4.4. Tentativas de eliminar a dúvida. Crítica ao princípio da verossimilhança preponderante e à ideia de que a falta de convicção judicial faz surgir uma sentença que não produz coisa julgada.....	273
9.4.5. A ausência de lei e a possibilidade de tratamento diferenciado do ônus da prova em face das diferentes necessidades do direito material	274
9.4.6. A distribuição e a modificação do ônus da prova no Código de Processo Civil.....	276
9.4.7. A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	279
9.4.8. Modificação convencional do ônus da prova.....	283
9.4.9. Ônus da prova, convicção e motivação.....	285
9.5. Fatos afirmados que não dependem de prova.....	286
9.5.1. Considerações iniciais	286
9.5.2. Fatos notórios	286
9.5.3. Confissão	288
9.5.4. Não contestação.....	290
9.5.5. Presunção legal de existência ou de veracidade	294
9.6. Poder probatório do juiz.....	296
9.7. Prova emprestada.....	297
9.8. Fases do procedimento probatório	299
9.9. A prova indiciária.....	301
9.9.1. Considerações iniciais.....	301

9.9.2.	Fato indiciário, prova indiciária, raciocínio presuntivo, presunção e juízo (juízo resultado, juízo final e juízo provisorio)	308
9.10.	A prova e a ação inibitória	309
9.10.1.	Apresentação das premissas	309
9.10.2.	Pressupostos da ação inibitória.....	310
9.10.3.	A ameaça	312
9.10.4.	A prova da ameaça	314
9.11.	A obtenção antecipada de prova	317
9.12.	Prova ilícita	322
9.12.1.	As provas típicas e atípicas	322
9.12.2.	Os planos dos fatos e das provas	323
9.12.3.	A ilicitude da prova diante da existência ou não de processo, da natureza do direito violado e da qualidade do violador ...	324
9.12.4.	Ilicitude no plano do direito material: (i) na obtenção da prova pré-constituída, (ii) na obtenção das informações consubstanciadoras da declaração testemunhal, (iii) na formação e na produção da prova e (iv) na utilização da prova pré-constituída	325
9.12.5.	Ilicitude no plano do direito processual: i) na admissão da prova e ii) na produção da prova	326
9.12.6.	A gravidade da violação.....	326
9.12.7.	A prova obtida com violação de regra processual que não implica lesão a direito fundamental. Consequências	328
9.12.8.	A norma constitucional que proíbe as provas “obtidas por meios ilícitos”	329
9.12.9.	Fundamento e significado do art. 5.º, LVI, da CF	329
9.12.10.	A opção do processo penal e a ausência de opção no âmbito do processo civil	330
9.12.11.	A proibição da prova ilícita no processo civil e o postulado da proporcionalidade	331
9.12.12.	A contaminação das provas vinculadas fática e juridicamente à ilícita. A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	335
9.12.13.	Exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada: o “descobrimento inevitável” (<i>inevitable discovery exception</i>) e o “descobrimento provavelmente independente” (<i>hypothetical independent source rule</i>)	337

9.12.14.	O problema da obtenção de informações de modo ilícito e da prova testemunhal que pode nelas se basear	338
9.12.15.	A teoria da descontaminação do julgado	339
9.13.	Depoimento pessoal	340
9.13.1.	Conceito, natureza jurídica e generalidades	340
9.13.2.	Procedimento probatório	344
9.14.	Confissão	345
9.14.1.	Conceito e generalidades	345
9.14.2.	Natureza jurídica	346
9.14.3.	Elementos da confissão	348
9.14.4.	Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia ao direito e admissão	349
9.14.5.	Confissão efetiva e confissão ficta	351
9.14.6.	Confissão judicial e extrajudicial. Confissão espontânea e provocada	353
9.14.7.	Eficácia	353
9.14.8.	Indivisibilidade da confissão	354
9.15.	Exibição de documento ou coisa	357
9.15.1.	Generalidades e definição	357
9.15.2.	Campo de atuação da exibição	357
9.15.3.	Exibição e dever de colaboração com o Judiciário	358
9.15.4.	Natureza da exibição	359
9.15.5.	Fundamento da exibição	360
9.15.6.	Sujeitos da exibição	361
9.15.7.	Procedimento da exibição em face da parte	362
9.15.8.	Procedimento da exibição em face de terceiro	364
9.16.	Prova documental	364
9.16.1.	Generalidades	364
9.16.2.	Noção	366
9.16.3.	Prova documental e prova documentada	368
9.16.4.	Documento e instrumento	370
9.16.5.	Elementos do documento	371
9.16.6.	Autoria do documento. Documentos públicos e privados. Autenticidade	374
9.16.7.	Prova documental e evolução tecnológica	377
9.16.8.	A prova documental eletrônica na Lei 11.419, de 2006	383

9.16.9.	A fotografia digital.....	384
9.16.10.	Prova documental e <i>fac-símile</i>	386
9.16.11.	Força probante dos documentos.....	388
9.16.12.	Produção da prova documental	390
9.16.13.	Incidente de arguição de falsidade documental.....	393
9.17.	Ata notarial.....	399
9.18.	Prova testemunhal	401
9.18.1.	Generalidades e conceito	401
9.18.2.	A testemunha. Incapacidade, impedimento e suspeição. Regras de privilégio.....	402
9.18.3.	Produção da prova testemunhal.....	405
9.19.	Prova pericial	407
9.19.1.	Generalidades e definição	407
9.19.2.	O perito e os assistentes técnicos. A perícia consensual.....	409
9.19.3.	Produção da prova pericial	411
9.19.4.	Segunda perícia.....	413
9.19.5.	Valor da prova pericial.....	413
9.20.	Inspeção judicial	413
9.20.1.	Generalidades e noção	413
9.20.2.	Produção da inspeção judicial.....	414
CASO 1		415
CASO 2		416
10. SENTENÇA		417
10.1.	Conceito.....	418
10.2.	Função.....	419
10.3.	Sentença, decisão e justificação. <i>Context of discovery</i> e <i>context of justification</i>	423
10.4.	Sentença, decisão e racionalidade. O duplo discurso	424
10.5.	Elementos essenciais da sentença.....	426
10.6.	Em especial: a fundamentação da sentença.....	427
10.6.1.	Sentença e convicção.....	428
10.6.1.1.	Verdade e convicção	428
10.6.1.2.	Convicção e participação judicial	429
10.6.1.3.	Limitações à produção da prova	430

10.6.1.4.	A tese sueca sobre o convencimento judicial....	431
10.6.1.5.	A acentuação da função da verossimilhança. <i>Överviktsprinzip</i> e <i>Überwiegensprinzip</i> e verossimilhança preponderante	432
10.6.1.6.	A teoria de Gerhard Walter.....	433
10.6.1.7.	Objecções à teoria da verossimilhança preponderante	434
10.6.1.8.	O convencimento judicial e a regra do ônus da prova.....	435
10.6.2.	Fundamentação e prova	436
10.6.2.1.	O relatório dos fatos controvertidos e das provas das partes	437
10.6.2.2.	A explicação e a contextualização do conteúdo e do significado das provas	437
10.6.2.3.	A motivação da prova indiciária e da presunção	438
10.6.2.4.	Motivação não é apenas se basear nas provas que convergem na direção da hipótese vencedora...	438
10.6.2.5.	A necessidade de motivação de todas as provas produzidas	440
10.6.2.6.	Raciocínio probatório, decisão e justificação....	441
10.6.2.6.1.	A justificação da credibilidade da prova.....	442
10.6.2.6.2.	A credibilidade da prova e a sua valoração individualizada.....	443
10.6.2.6.3.	O percurso do raciocínio do juiz entre a prova e o fato	444
10.6.2.6.4.	O raciocínio entre o indício e o fato essencial.....	444
10.6.2.6.5.	Valoração individual e valoração conjunta.....	447
10.6.2.6.6.	A valoração conjunta, o encontro de duas narrativas aceitáveis e a reconstrução da verdade no processo.....	448
10.6.2.6.7.	As dimensões analítica e sintética...	449
10.6.2.6.8.	Coerência narrativa e reconstrução da verdade no processo.....	450
10.6.2.6.9.	A coerência lógica.....	451

10.6.2.6.10.	A congruência	451
10.6.2.6.11.	A integração entre os métodos analítico e sintético	453
10.6.3.	Fundamentação e direito. O direito ao contraditório como direito de influência e o dever de fundamentação analítica como dever de diálogo no CPC de 2015	454
10.6.3.1.	As hipóteses do art. 489, § 1º, do CPC/2015. A vedação à decisão genérica.....	455
10.6.3.2.	Ainda as hipóteses do art. 489, § 1.º, do CPC/2015. O prévio diálogo na determinação da interpretação e na aplicação do direito. A vedação à decisão-surpresa.....	456
10.6.3.3.	A necessidade de análise de todos os fundamentos do processo e não só daqueles que convergem para a decisão	457
10.6.3.4.	O art. 489, § 2.º, do CPC/2015.....	458
10.6.3.5.	O consequencialismo e a proteção à segurança jurídica nos processos que envolvem o Poder Público	462
10.7.	Regra da congruência.....	464
10.8.	Sentença e fato superveniente	467
10.9.	Sentença e preclusão consumativa.....	467
10.10.	Classificação das sentenças.....	468
10.11.	Para uma melhor compreensão das sentenças de procedência.....	478
10.11.1.	Sentença declaratória.....	478
10.11.2.	Sentença constitutiva	479
10.11.3.	Sentença condenatória.....	480
10.11.4.	Sentença mandamental.....	482
10.11.5.	Sentença executiva	483
10.12.	Sentença, outras técnicas de tutela e tutela dos direitos	485
10.13.	Sentenças autossuficientes e sentenças não autossuficientes	487
10.14.	A questão da tutela específica dos direitos	489
10.15.	Sentenças não autossuficientes e as várias espécies de tutela.....	492
10.15.1.	Primeiras considerações	492
10.15.2.	Tutela inibitória	493
10.15.2.1.	Premissas	493
10.15.2.2.	Pressupostos	493

10.15.2.3.	Tutela inibitória como corolário do direito fundamental à tutela adequada e efetiva	494
10.15.2.4.	Tutela inibitória negativa e tutela inibitória positiva	495
10.15.2.5.	Tutela inibitória individual e tutela inibitória coletiva	496
10.15.2.6.	Tutela inibitória e regra da adstrição ao pedido	497
10.15.2.7.	Tutela inibitória, sentença mandamental e sentença executiva	498
10.15.3.	Tutela inibitória do inadimplemento	501
10.15.4.	Tutela de remoção do ilícito	502
10.15.5.	Tutela específica da obrigação inadimplida ou cumprida de modo imperfeito	505
10.15.6.	Tutela ressarcitória na forma específica	507
10.15.7.	Tutela pelo equivalente monetário	509
10.15.8.	Tutela de imissão na posse	509
10.15.9.	Tutela reivindicatória	510
10.15.10.	Tutela de reintegração de posse	511
10.15.11.	Tutela de restituição da coisa que depende da desconstituição de contrato	511
CASO		514
11. RECURSOS		515
11.1.	Conceito	515
11.2.	Sucedâneos recursais	517
11.3.	Classificação dos recursos	518
11.4.	Normas fundamentais	521
11.4.1.	Duplo grau de jurisdição	522
11.4.2.	Taxatividade	524
11.4.3.	Unirrecorribilidade	524
11.4.4.	Fungibilidade	525
11.4.5.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	528
11.4.6.	Colegialidade	528
11.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	529
11.6.	Efeitos dos recursos	537
11.6.1.	Devolutivo	537

11.6.2.	Translativo.....	539
11.6.3.	Suspensivo.....	539
11.6.4.	Expansivo.....	541
11.6.5.	Substitutivo.....	541
11.6.6.	Obstativo.....	542
11.7.	Apelação.....	542
11.8.	Agravo de instrumento.....	548
11.9.	Agravo interno.....	551
11.10.	Embargos de declaração.....	554
11.11.	Recurso ordinário.....	558
11.12.	Recurso extraordinário e recurso especial.....	559
11.13.	Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial.....	574
11.14.	Embargos de divergência.....	576
CASO.....		579
12. PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....		581
12.1.	Processo nos tribunais.....	581
12.2.	Ordem dos processos nos tribunais.....	582
12.2.1.	Registro e distribuição.....	582
12.2.2.	Poderes do relator.....	582
12.2.3.	Julgamento colegiado.....	583
12.2.4.	Decisão não unânime e convocação de novos julgadores. A técnica da ampliação do quorum de julgamento.....	584
12.3.	Incidentes recursais.....	585
12.3.1.	Incidente de assunção de competência.....	585
12.3.2.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	591
12.3.3.	Incidente de conflito de competência.....	594
12.3.4.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	596
12.4.	O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e do recurso repetitivo.....	606
12.4.1.	Introdução.....	606
12.4.2.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	607
12.4.2.1.	Meio processual para resolução de litígios de que derivam casos em massa e sistema de precedentes das Cortes Supremas: decisão <i>erga omnes</i> e precedente.....	607

12.4.2.2.	Coisa julgada sobre questão (art. 503, § 1º, CPC/2015)	609
12.4.2.3.	<i>Non-mutual collateral estoppel</i> . A possibilidade de o terceiro alegar a proibição de rediscutir a questão já decidida no direito estadunidense ...	610
12.4.2.4.	Violação do direito constitucional de participar em contraditório	612
12.4.2.5.	Solução para a preservação da técnica processual	614
12.4.3.	Recursos extraordinário e especial repetitivos	616
12.4.3.1.	Compreensão dos recursos extraordinário e especial repetitivos enquanto meios que viabilizam a elaboração de precedentes	616
12.4.3.2.	Direito ao recurso especial e necessidade de enfatizar o contraditório	618
12.4.3.3.	Participação dos legitimados e do Ministério Público e compensação da não participação dos recorrentes	620
12.4.3.4.	A particularidade do recurso extraordinário: a repercussão geral	621
12.5.	Ações originárias	622
12.5.1.	Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	622
12.5.2.	Ação rescisória	625
12.5.2.1.	Generalidades	625
12.5.2.2.	Hipóteses de cabimento	626
12.5.2.3.	Juízo rescindente e juízo rescisório	631
12.5.2.4.	Procedimento	633
12.5.3.	Ação anulatória de ato processual	640
12.5.4.	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	642
12.5.5.	Reclamação	643
CASO		646
13.	PRECEDENTES	647
13.1.	Aproximação entre as tradições de <i>civil law</i> e de <i>common law</i>	647
13.2.	Precedentes	648
13.3.	O art. 927 do CPC de 2015 e “os pronunciamentos que devem ser observados pelos Juízes e Tribunais”	657

13.3.1.	Introdução	657
13.3.2.	Decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	658
13.3.3.	Acórdãos em incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos	658
13.3.4.	Súmulas vinculantes e súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	659
13.3.5.	O caráter exemplificativo do art. 927 do CPC	660
13.4.	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>	661
13.5.	Decisão e Precedente	663
13.5.1.	O julgamento colegiado nas Cortes Supremas	663
13.5.2.	Maioria em relação ao resultado e maioria quanto ao fundamento: decisão do recurso e precedente	665
13.5.3.	Compatibilização entre a função de resolver os casos e a função de elaborar precedentes	666
13.6.	Distinções e superações	668
13.7.	Efeitos no tempo da decisão que revoga precedente (art. 927, § 3.º, CPC/2015)	671
13.7.1.	Modulação dos efeitos da decisão revogadora diante da transformação da função das Cortes Supremas	671
13.7.2.	A “confiança justificada” como critério para a modulação dos efeitos da decisão revogadora	672
13.7.3.	Meios para a regulação dos efeitos temporais	673
13.7.4.	Modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade e da revogação de precedente	673
CASO		676
14. COISA JULGADA		677
14.1.	Coisa julgada como expressão da segurança jurídica	678
14.2.	Coisa julgada e preclusão	678
14.3.	Coisa julgada: da estática à dinâmica, da vontade das partes à evolução do debate	680
14.4.	Limites da coisa julgada	685
14.4.1.	Limites territoriais	686
14.4.2.	Limites temporais	686
14.4.3.	Limites subjetivos	687

14.4.3.1.	Extensão da coisa julgada em benefício de terceiros	690
14.4.4.	Limites objetivos	691
14.4.4.1.	Coisa julgada e questão prejudicial	692
14.5.	Eficácia da coisa julgada	694
14.5.1.	Eficácia negativa	694
14.5.2.	Eficácia positiva	695
14.5.3.	Eficácia preclusiva	695
14.6.	A intangibilidade da coisa julgada diante da decisão de inconstitucionalidade: impugnação, rescisória e modulação de efeitos	699
14.6.1.	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: a afirmação dos Precedentes Constitucionais	699
14.6.2.	A ação rescisória fundada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, CPC/2015)	701
14.6.3.	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional. Crítica	704
14.6.4.	A adoção de “interpretação” depois dita inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal: reforço da evidência de que a norma judicial não se confunde com o texto legal e, assim, não pode ser rescindida por norma posteriormente elaborada pela Corte Suprema	713
14.6.5.	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada	716
14.6.6.	O verdadeiro fundamento da rescisória: retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a coisa julgada	717
14.6.7.	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015	717
14.6.8.	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material	719
14.6.9.	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional	721
14.6.10.	Modulação de efeitos e coisa julgada	723
14.7.	Relativização da coisa julgada	726
14.7.1.	Introdução	726
14.7.2.	Investigação de paternidade e exame de DNA	727

14.7.3.	Justa indenização e distorção da prova pericial.....	728
14.7.4.	A pretensão de uso da “proporcionalidade”.....	728
14.7.5.	A ação rescisória como única resposta adequada aos casos do DNA e da distorção da prova pericial	733
14.7.6.	O jurisdicionado diante da desconstituição da coisa julgada. Ponto de contato entre a tutela contra o ato jurisdicional inidôneo e a tutela da segurança. O prazo constitucional	739
CASO.....		741

Parte III

A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1.	TEORIA DA EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS MEDIANTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	745
1.1.	Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória	747
1.1.1.	A sentença autossuficiente e a sentença dependente de execução	747
1.1.2.	A impossibilidade de execução no curso do procedimento. A regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	748
1.1.3.	As formas de execução da sentença condenatória na história.....	750
1.1.4.	A equiparação da sentença ao título executivo extrajudicial. A unificação das vias de execução	751
1.1.5.	A falsa suposição de que a sentença condenatória é tutela jurisdicional do direito	755
1.1.6.	A influência da economia liberal: a importância da tutela pelo equivalente em pecúnia e a idoneidade da condenação	756
1.1.7.	O desvirtuamento do conceito de obrigação e a expansão da condenação	758
1.1.8.	A impropriedade da sentença condenatória para a tutela dos direitos absolutos	759
1.1.9.	As novas situações de direito substancial carentes de tutela e a inadequação da condenação	762
1.2.	Panorama histórico da efetivação de sentenças no Código de Processo Civil de 1973 e a atipicidade das formas executivas	764
1.2.1.	Primeiras observações	764
1.2.2.	A ação de execução de sentença no CPC de 1973	765

1.2.3.	O sistema executivo dos arts. 461 e 461-A do CPC de 1973.....	767
1.2.4.	A quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução no Código de 1973.....	772
1.2.5.	A Lei 11.232/2005 e a sentença condenatória na vigência do Código de 1973.....	774
1.2.6.	As insuficiências do modelo do CPC de 1973	778
1.2.7.	O direito fundamental de ação e a desmistificação do processo de conhecimento.....	779
1.2.7.1.	Da visão clássica da ação como direito ao julgamento de mérito à noção de direito à obtenção da tutela do direito material	779
1.2.7.2.	A ação capaz de permitir a tutela do direito material depende de técnica processual idônea à situação material litigiosa e o princípio da tipicidade da execução como obstáculo à efetividade do direito de ação	780
1.2.7.3.	O direito fundamental de ação e suas exigências no Estado Constitucional	782
1.2.8.	Panorama geral do Código de Processo Civil atual e a influência das ideias desenvolvidas no direito anterior na formação do atual cumprimento judicial de prestações	784
1.2.9.	Uma luz no fim do túnel. A abertura do sistema de proteção dos créditos à atipicidade das formas executivas.....	785
1.3.	Técnica executiva e tutela dos direitos	785
1.3.1.	A sentença dependente de execução	785
1.3.2.	Tutela do direito e sentença.....	786
1.3.3.	O sentido da exigência “do fazer, do não fazer, da entrega de coisa e do pagamento de quantia”	787
1.3.4.	Os meios executivos relacionados ao fazer, ao não fazer, à entrega de coisa e ao pagamento de quantia.....	788
1.3.5.	Os efeitos jurídicos declarados nas sentenças e as tutelas dos direitos.....	789
1.4.	Princípios fundamentais da execução	791
1.4.1.	Considerações gerais.....	791
1.4.2.	O princípio do título executivo.....	792
1.4.3.	O princípio da tipicidade/atipicidade das formas executivas	792
1.4.4.	O princípio do resultado	794

1.4.5.	O princípio da responsabilidade patrimonial/pessoal	794
1.4.6.	O princípio da menor onerosidade da execução	796
1.4.7.	O princípio da transparência patrimonial	797
1.4.8.	O princípio do contraditório	798
1.5.	As formas de execução	800
1.5.1.	Noção de execução	800
1.5.2.	Execução direta e execução indireta	801
1.5.3.	Execução frutífera e execução infrutífera. A importância da distinção para a compreensão do significado de tutela jurisdicional do direito	802
1.5.4.	Atuação executiva mediante o constrangimento da vontade do devedor	803
1.5.4.1.	Execução através de multa	803
1.5.4.1.1.	Primeiras observações	803
1.5.4.1.2.	A natureza da multa diante do ressarcimento	804
1.5.4.1.3.	O destinatário do valor da multa ...	805
1.5.4.1.4.	A multa e os fazeres infungível e fungível	807
1.5.4.1.5.	Limite do valor da multa	809
1.5.4.1.6.	Crítérios para a definição do valor e da forma temporal da multa	809
1.5.4.1.7.	Eficácia da multa. O problema da intimação do devedor	811
1.5.4.1.8.	O instante em que a multa pode ser cobrada	814
1.5.4.1.9.	O problema do “efeito perverso” da multa	816
1.5.4.1.10.	A questão da modificação do valor da multa	817
1.5.4.2.	A prisão como meio executivo	818
1.5.4.3.	Execução mediante outras modalidades de convencimento	823
1.5.5.	Atuação executiva alheia à vontade do devedor	824
1.5.5.1.	Execução através da sentença	824
1.5.5.2.	Obstaculização, remoção e apossamento de coisa. Execução complementar praticada por auxiliar do juízo	825

	1.5.5.3.	Realização de fazer. Execução por particular ...	826
	1.5.5.4.	Execução por expropriação	827
1.6.		O art. 515, I, do CPC e as sentenças que dependem de execução	828
	1.6.1.	Os significados de “conceito” e de “classificação”. A razão para se classificar as sentenças	828
	1.6.2.	Novamente a importância da distinção entre tutela e sentença	831
	1.6.3.	Classificação a partir da suficiência da sentença à prestação da tutela jurisdicional do direito	832
	1.6.4.	O critério que foi utilizado para a classificação da sentença condenatória	832
	1.6.5.	O conceito clássico de condenação	833
	1.6.6.	Elementos presentes e excluídos do conceito de condenação	836
	1.6.7.	Elementos incluídos no gênero sentença não autossuficiente e presentes nas novas modalidades de sentenças	839
	1.6.8.	A necessidade de classificar as sentenças que dependem de execução	840
	1.6.9.	Critérios para a classificação das sentenças dependentes de execução	841
	1.6.10.	A influência do princípio da tipicidade sobre o poder jurisdicional	842
	1.6.11.	A sentença que tutela o direito constringendo a vontade do réu e a sentença que, independentemente da vontade do réu, tutela o direito mediante atos ulteriores de execução	846
	1.6.12.	Sentença com eficácia executiva extrínseca e sentenças de executividade intrínseca. O problema do art. 513, § 1.º, do CPC	848
	1.6.13.	Fungibilidade de técnicas	850
	1.6.14.	Sentenças de executividade intrínseca: sentenças mandamental e executiva	851
1.7.		Os títulos executivos judiciais	853
	1.7.1.	Observações gerais	853
	1.7.2.	O rol dos títulos judiciais	854
1.8.		Liquidação da obrigação	861
	1.8.1.	Requisitos da obrigação a executar	861
	1.8.1.1.	Exigibilidade	861
	1.8.1.2.	Certeza	862
	1.8.1.3.	Liquidez	863

1.8.2.	Liquidação da obrigação. Considerações gerais	864
1.8.3.	Natureza da liquidação.....	866
1.8.4.	Liquidação por cálculos.....	868
1.8.4.1.	Necessidade de dados em poder do devedor ou de terceiros.....	868
1.8.4.2.	Elaboração do cálculo pelo contador judicial...	870
1.8.5.	Liquidação por arbitramento	872
1.8.6.	Liquidação pelo procedimento comum	874
1.8.7.	Princípio da fidelidade ao título.....	875
1.8.8.	A natureza do ato jurisdicional que julga a liquidação. Decisão ou sentença?	879
1.8.9.	Liquidação e coisa julgada.....	881
1.9.	Questões gerais do procedimento de cumprimento de sentença	883
1.9.1.	Observações iniciais.....	883
1.9.2.	A instauração do cumprimento de sentença e a cumulação de execuções.....	884
1.9.3.	Partes e terceiros	885
1.9.3.1.	As partes na execução. Litisconsórcio	885
1.9.3.2.	A intervenção de terceiros na execução.....	887
1.9.3.3.	O cônjuge do executado e sua situação na execução	888
1.9.4.	Competência	889
1.9.5.	Os efeitos do início da execução. A prescrição	892
CASO.....		895
2.	A SENTENÇA QUE RECONHECE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	897
2.1.	Imposição de fazer e de não fazer, prestação da tutela do direito e meios de execução adequados.....	898
2.1.1.	Considerações iniciais.....	898
2.1.2.	Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela pelo equivalente.....	899
2.1.3.	Tutela inibitória	899
2.1.4.	Tutela de remoção do ilícito	905
2.1.5.	Tutela ressarcitória na forma específica	907
2.1.6.	Tutela do adimplemento na forma específica.....	914

2.1.7.	Tutela do adimplemento perfeito	918
2.1.8.	Tutela específica do cumprimento do dever legal de fazer...	919
2.2.	O poder executivo para a imposição do fazer e do não fazer	920
2.2.1.	A liquidação da sentença	920
2.2.2.	A concentração do poder de execução	921
2.2.3.	O poder jurisdicional de determinar modalidade executiva diferente da pedida e de conceder “resultado prático” equivalente ao da tutela específica requerida.....	923
2.2.4.	A diferença entre modalidade executiva diferente da pedida e “resultado prático” equivalente ao da tutela específica solicitada	925
2.2.5.	A possibilidade de se alterar a modalidade executiva após o trânsito em julgado	926
2.2.6.	A alteração da forma de prestação da tutela do direito após o trânsito em julgado.....	927
2.2.7.	Conversão da tutela específica em perdas e danos	927
2.2.8.	O controle do poder executivo do juiz	929
2.2.8.1.	Adequação e necessidade	929
2.2.8.2.	Análise, em abstrato e aproximada, da racionalidade do uso dos meios executivos	930
2.2.8.3.	O controle do poder executivo na fase de execução	930
2.2.8.4.	A importância da justificativa para o controle do poder executivo	931
2.3.	Defesa do Executado	932
2.3.1.	Os recursos no controle do poder executivo do juiz.....	932
2.3.2.	A defesa em primeiro grau de jurisdição	933
2.4.	A sentença que reconhece obrigação de prestar declaração de vontade...	935
2.4.1.	Tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade	935
2.4.2.	A configuração da sentença que presta a tutela específica de declaração de vontade	936
2.4.3.	A natureza da sentença que presta a tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade	936
2.4.4.	O equívoco de subordinar os efeitos da sentença ao seu trânsito em julgado	938
2.4.5.	Requisitos para se poder obter sentença que produza os efeitos da declaração de vontade em relação a contrato não cumprido	941

2.4.5.1.	Apresentação da questão.....	941
2.4.5.2.	O registro do contrato preliminar.....	942
2.4.5.3.	A sentença de procedência e o surgimento de novas obrigações	943
CASO		944
3.	A SENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	945
3.1.	A “ação que tem por objeto a entrega de coisa” e as tutelas dos direitos... ..	945
3.1.1.	Considerações preliminares	945
3.1.2.	Tutela específica e meios executivos	946
3.2.	As diversas tutelas dos direitos prestadas a partir da sentença que re- conhece a exigibilidade da obrigação de entregar coisa e os meios de execução adequados	948
3.2.1.	A tutela do adimplemento da obrigação contratual de en- regar coisa.....	948
3.2.2.	Adimplemento imperfeito e tutela na forma específica me- diante entrega de coisa em substituição à defeituosa	950
3.2.3.	Tutela de imissão na posse.....	953
3.2.4.	Tutela reivindicatória	955
3.2.5.	Tutela de reintegração de posse	956
3.2.6.	Tutela de recuperação de coisa dependente da desconstituição do contrato	958
3.2.7.	Tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa	962
3.3.	Coisa certa e coisa incerta.....	962
3.3.1.	Conceito	962
3.3.2.	Coisa determinada pela quantidade, pelo gênero e pela qualidade	963
3.3.3.	Coisa incerta e coisa fungível.....	963
3.3.4.	Coisa incerta e obrigação alternativa	963
3.3.5.	Instante da individualização da coisa.....	964
3.3.6.	A impugnação da individualização da coisa.....	964
3.4.	A defesa do executado.....	964
3.5.	Direito de retenção	965
CASO		968

4. A SENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	969
4.1. Tutela pecuniária e técnicas de execução.....	970
4.1.1. Observações iniciais.....	970
4.1.2. A distinção entre prestações de fazer, não fazer, entregar coisa e pagar	972
4.1.3. Sentenças condenatórias e sentenças mandamentais ou executivas na tutela de prestações de pagar	973
4.2. Fase inicial da execução	974
4.2.1. Pagamento voluntário	974
4.2.2. O pleito executivo	975
4.2.3. O prazo para pagamento voluntário	978
4.2.4. A multa condenatória	980
4.2.5. O protesto executivo	981
4.3. Penhora	982
4.3.1. Penhora. Definição. Efeitos.....	982
4.3.2. Responsabilidade patrimonial.....	983
4.3.2.1. Bens do devedor não sujeitos à penhora	984
4.3.2.1.1. Impenhorabilidade absoluta	985
4.3.2.1.2. Impenhorabilidade relativa	989
4.3.3. Bens de terceiros sujeitos à penhora.....	989
4.3.4. Fraude contra credores e fraude à execução	991
4.3.5. Procedimento da penhora	996
4.3.5.1. Ordem de bens a serem penhorados.....	998
4.3.5.2. A substituição da penhora.....	1000
4.3.5.3. A penhora <i>on line</i>	1002
4.3.5.4. Questões particulares da penhora.....	1008
4.3.5.5. Penhora de quotas ou de ações de sociedades... ..	1011
4.4. Providências preliminares à satisfação do credor.....	1012
4.4.1. A comunicação da penhora aos sujeitos da execução e aos terceiros	1012
4.4.2. Depósito dos bens penhorados.....	1014
4.4.3. Avaliação dos bens penhorados	1015
4.4.4. Ampliação e redução da penhora, substituição do bem penhorado e segunda penhora.....	1017

4.4.5.	Alienação antecipada de bens	1018
4.4.6.	Outras providências	1019
4.5.	A defesa do executado	1020
4.5.1.	Primeiras considerações	1020
4.5.2.	A impugnação à execução	1023
4.5.2.1.	Conceito e natureza jurídica.....	1023
4.5.2.2.	Requisitos para a admissibilidade da impugnação	1025
4.5.2.3.	Matérias que podem fundar a impugnação.....	1026
4.5.2.4.	Concessão de efeito suspensivo à impugnação...	1035
4.5.2.5.	Procedimento da impugnação.....	1041
4.5.2.6.	O ato que decide a impugnação e sua estabilidade.....	1043
4.5.3.	Outras vias de reação do executado	1044
4.5.3.1.	Arguição de impedimento e de suspeição	1044
4.5.3.2.	Alegação de fatos supervenientes	1044
4.5.3.3.	Exceção de pré-executividade	1045
4.5.3.4.	Ações autônomas	1046
4.6.	Satisfação do credor	1047
4.6.1.	As formas de satisfação do credor.....	1047
4.6.2.	Natureza jurídica da expropriação	1048
4.6.3.	A adjudicação	1049
4.6.3.1.	Pressupostos da adjudicação.....	1050
4.6.3.2.	Procedimento da adjudicação.....	1052
4.6.3.3.	A procedência da impugnação e a sorte da adjudicação.....	1054
4.6.4.	A alienação do bem	1054
4.6.4.1.	A alienação por iniciativa particular	1054
4.6.4.2.	A alienação em leilão judicial	1056
4.6.4.2.1.	A convocação para o leilão judicial	1057
4.6.4.2.2.	A legitimação para arrematar	1059
4.6.5.	A arrematação judicial	1060
4.6.6.	Formas especiais de arrematação	1063
4.6.7.	A apropriação de frutos e rendimentos de empresas, estabelecimentos e outros bens.....	1064

4.6.7.1.	Requisitos da decretação do direito à apropriação de frutos e rendimentos	1064
4.6.7.2.	Procedimento da apropriação de frutos e rendimentos.....	1065
4.7.	Entrega do dinheiro ao credor	1066
4.7.1.	O pagamento direto	1066
4.7.2.	O concurso singular de credores	1067
CASO.....		1071
5.	SUSPENSÃO E CONCLUSÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1073
5.1.	O término da execução.....	1073
5.2.	A sentença de extinção do cumprimento de sentença ou da execução...	1073
5.3.	Coisa julgada e execução	1075
5.4.	A suspensão da execução	1076
CASO.....		1079
6.	O CUMPRIMENTO DA DECISÃO PROVISÓRIA.....	1081
6.1.	A necessidade de a sentença poder ser executada na pendência do recurso de apelação.....	1081
6.2.	A realidade do direito brasileiro. O ordenamento brasileiro permite a execução da sentença na pendência do recurso de apelação apenas em hipóteses excepcionais.....	1085
6.2.1.	Questões peculiares da execução de títulos provisórios e do efeito suspensivo dos recursos	1086
6.2.2.	Efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> e executividade dos provimentos judiciais.....	1087
6.2.3.	A execução na pendência dos recursos extraordinário e especial	1087
6.3.	Espécies de sentenças executáveis na pendência de recurso não recebido com efeito suspensivo.....	1088
6.3.1.	Efetivação provisória das sentenças que reconhecem a obrigação de prestação de declaração de vontade	1089
6.3.2.	A sentença com eficácia condenatória. A execução da decisão provisória sob pena de multa de dez por cento	1089
6.4.	Outros provimentos passíveis de execução provisória	1090
6.5.	Executividade imediata e cognição.....	1091
6.5.1.	Cumprimento provisório ou cumprimento fundado em decisão provisória?	1093

6.5.2.	Execução completa e execução incompleta.....	1094
6.5.3.	A interpretação da expressão “cumprimento provisório da sentença”	1096
6.6.	A efetivação completa da decisão provisória. Os arts. 520, IV e 521	1096
6.6.1.	O parâmetro procedimental da execução de título provisório.....	1098
6.7.	A responsabilidade do exequente da decisão provisória. O art. 520, I ...	1099
6.8.	A restituição ao estado anterior e o dever de reparar o dano. O art. 517, II	1099
6.9.	A defesa no cumprimento de decisão provisória	1100
CASO.....		1102
7.	FORMAS ESPECIAIS DE CUMPRIMENTO DE TÍTULOS JUDICIAIS.....	1103
7.1.	Cumprimento de decisão de prestação alimentícia	1103
7.1.1.	Primeiras considerações	1103
7.1.2.	Espécies de alimentos e seu regime.....	1104
7.1.2.1.	Alimentos definitivos e provisórios	1105
7.1.2.2.	Alimentos legítimos, voluntários e indenizativos.....	1106
7.1.2.3.	Alimentos naturais e civis	1108
7.1.3.	Formas de execução dos alimentos	1108
7.1.3.1.	Desconto em folha.....	1110
7.1.3.2.	Prisão civil	1112
7.1.3.3.	Expropriação	1115
7.1.3.4.	Constituição de capital	1116
7.1.4.	Procedimento da execução de prestação alimentícia	1117
7.1.4.1.	A fase inicial do cumprimento de decisão que impõe prestação alimentar. A aplicação do art. 523, § 1.º. O protesto do título	1118
7.1.4.2.	Execução por desconto em folha	1120
7.1.4.3.	Execução por coerção pessoal (prisão civil).....	1121
7.1.4.4.	Execução por expropriação	1122
7.1.4.5.	Execução por outros meios.....	1124
7.2.	Cumprimento contra a Fazenda Pública	1124
7.2.1.	O regime dos pagamentos efetuados pela Fazenda Pública..	1124

7.2.2.	Procedimento	1126
7.2.3.	Regime de precatórios.....	1128
7.2.4.	Requisição de pagamento	1131
CASO		1133
8.	PARTICULARIDADES DA EXECUÇÃO DOS DEMAIS TÍTULOS JUDICIAIS.....	1135
8.1.	Execução por quantia certa fundada nos demais títulos judiciais.....	1135
8.1.1.	Introdução	1135
8.1.2.	A liquidação dos títulos.....	1135
8.1.3.	Cumprimento provisório	1136
8.1.4.	Técnica executiva aplicável às prestações pecuniárias representadas por títulos judiciais não consistentes em decisão judicial	1137
8.1.5.	O prazo para cumprimento voluntário e a multa do art. 523, § 1.º	1138
8.1.6.	O início da execução	1138
8.1.7.	Outras questões pontuais	1139
8.2.	A execução das prestações de fazer, não fazer e entregar coisa previstas nestes títulos judiciais.....	1140
CASO		1142
SOLUÇÕES DOS CASOS		1143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		1155